



Índice

- 01** [Evento no MS discute dificuldades e desafios de universitários indígenas](#)
- 02** [Indígenas do Estado lançam três candidatos](#)
- 03** [Ministério Público obriga Funai a dar andamento à demarcação da Terra Indígena de Mato Castelhana, no Rio Grande do Sul](#)
- 04** [Viúva de homem assassinado por índios tenharim pede indenização à Funai](#)
- 05** [Trator confiscado em terra indígena é mantido apreendido para apuração de delito](#)
- 06** [Cecor participa do I Encontro Regional de Mulheres Quilombolas: Identidade e Negritude](#)
- 07** ['Floresta em pé' vira negócio para quilombolas](#)
- 08** [Padre Ton diz que índios são exemplos para a preservação ambiental](#)
- 09** [Blairo Maggi volta ao Senado após licença de 120 dias](#)
- 10** [Pró-Índio: tramitação de processos de titulações quilombolas é lenta](#)
- 11** [CMA ouve presidente da Funai sobre políticas públicas para índios isolados](#)
- 12** [Dilma não criou nenhuma nova unidade de conservação na Amazônia](#)
- 13** [Audiência Pública dos Povos Tradicionais do Vale do Ribeira, 25/08, das 13 às 18h](#)
- 14** [MS – Passo Piraju: Fazendeiro e policiais intimidam comunidade Guarani-Kaiowá](#)
- 15** [Encontro de Mulheres Apinajé](#)



- 16** Mais uma reforma da Saúde Indígena é anunciada pela SESAI: agora, querem o Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI)
- 17** Banco Mundial propõe excluir de proteção populações frágeis
- 18** No Ceará, encontro Sesc Povos do Mar recebe inscrições
- 19** MPF/PA quer reparação de danos a ribeirinhos de Barcarena por vazamento de minério da Imerys
- 20** Belo Monte atrasa 'fatura social'
- 21** Senador contesta reportagem sobre protesto indígena na Flip
- 22** Presidente da Funai será ouvida sobre políticas públicas para índios isolados
- 23** JF de Tabatinga/AM participa de seminário sobre Direitos Sociais dos Indígenas
- 24** Campos promete avançar em demarcações e criar áreas de proteção ambiental
- 25** Pauta dia 07 – 14h: conselho dos povos indígenas e comunidades tradicionais do paraná empossa novos membros
- 26** Romero Jucá tem de esclarecer seu papel na mineração em áreas indígenas, afirma Ângela
- 27** Cultura indígena faz parte do Quinta com Arte
- 28**  ndio Tupinambá destaca a importância de discutir políticas de igualdade para minorias
- 29** Ministério Público no Amapá constata falhas em licitações do convênio mais antigo em vigência no país



Boletim de Notícias - Edição nº 136 / 2014

Brasília, 06 de agosto de 2014.

30 [Movimento Indígena Brasileiro perde Moura Tukano](#)



Evento no MS discute dificuldades e desafios de universitários indígenas

SÍTIO BOL, 05.08.2014

Em Campo Grande

Quase 700 estudantes universitários de diferentes etnias indígenas estão reunidos em Campo Grande (MS) para debater de hoje a quinta-feira (7) suas dificuldades e desafios durante o 2º Enei (Encontro Nacional de Estudantes Indígenas).

Com o tema "Políticas Públicas para os acadêmicos e egressos indígenas: avanços e desafios", a reunião é a maior já realizada até agora por índios universitários no país, e pela primeira vez reúne representantes das 27 unidades da federação. O objetivo é dar continuidade as discussões e reflexões desenvolvidas no 1º Enei, realizado ano passado.

"Sempre seremos índios, seja na universidade, na cidade ou no exterior. Temos que fazer valer nossa voz sem nos esquecer de onde viemos", disse Soilo Urupe Chue, aluno do curso de psicologia da etnia chiquitano, durante a cerimônia de inauguração do evento na sede da Universidade Católica Dom Bosco.

No encontro, os estudantes se propõem a discutir com professores, pesquisadores e autoridades ações políticas, dificuldades e desafios enfrentados pelo crescente número de indígenas no meio acadêmico, impulsionado nos últimos anos pela criação em 2004 de programas de subsídios públicos para os estudantes e do sistema de cotas para o ensino superior.

Representantes do Ministério da Educação e da Funai (Fundação Nacional do Índio) participam do evento, que também contará com a presença de líderes do movimento indígena e ativistas.

"Nós criamos o movimento indígena, agora vocês têm que agarrar as mudanças e apoiar a nossas comunidades na academia", declarou Estebinho, professor e líder indígena da etnia terena.

De acordo com o relatório anual divulgado pelo Conselho Indigenista Missionário no mês passado, o Mato Grosso do Sul foi o Estado com mais casos de violência contra indígenas em 2013.



Indígenas do Estado lançam três candidatos

SÍTIO SUL NEWS, 05.08.2014

LEONARDO ROCHA / CAMPO GRANDE NEWS

Os indígenas lançaram apenas três candidatos na eleição deste ano, em Mato Grosso do Sul. Todos eles são postulantes a uma vaga na Câmara dos Deputados, apesar do Estado ter a segunda maior população de índios do país, com mais de 70 mil.

Estão concorrendo como candidatos a deputado federal Anísio Anísio Guató (PSOL), o Cacique Ladio Veron (PSOL) e Silvana Terena (PPS). Para o presidente do conselho municipal dos direitos indígenas de Campo Grande, Eduardo Barbosa, o número pequeno de candidatos tem relação com a falta de apoio e recursos para realização da campanha.

“Nós conhecemos como funciona a política, não adianta lançarmos vários candidatos, quando a maioria não terá condições de se eleger, por falta de apoio político e recursos financeiros para arcar com uma campanha que é muito pesada”, avaliou ele.

Eduardo ponderou que a melhor estratégia é justamente lançar poucos candidatos que possam ter a chance de visitas as aldeias e comunidades indígenas para buscar apoio e condições de enfrentar os demais concorrentes. “Está de bom tamanho, sabemos que a distância financeira com os demais é muito grande, espero que os que estão na disputa se esforcem para conseguir os votos suficientes”.

DEBATE

As lideranças indígenas esperam realizar um debate com os candidatos ao governo estadual, para apresentar suas principais reivindicações. “Ainda não foi decidido a data deste evento, mas já estamos nos organizando para que aconteça no MPF (Ministério Público Federal) e que tenha a participação de todos os grupos e etnias do Estado”, ressaltou Elcio Terena, vice-presidente do conselho.

Na última eleição, em 2012, o conselho municipal indígena realizou um debate com os sete candidatos a prefeitura de Campo Grande, quando cada um teve que apresentar propostas para o público, além de assinar um termo de compromisso para que as políticas públicas voltadas aos índios fossem implantadas em sua gestão.



Ministério Público obriga Funai a dar andamento à demarcação da Terra Indígena de Mato Castelhana, no Rio Grande do Sul
SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 06.08.2014

A pedido do Ministério Público, a Justiça Federal manteve obrigação imposta à Funai para demarcação, em 30 dias, da Terra Indígena de Mato Castelhana, em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. A Funai tentava retardar o processo administrativo de identificação e delimitação de território em favor de índios Kaingang.

Para o relator do caso, o desembargador Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, o território Kaingang objeto da ação civil pública originária encontra-se em processo de demarcação há quase dez anos, prazo muito superior ao fixado na Constituição Federal, que estabeleceu o prazo de cinco anos para a União concluir a demarcação das terras indígenas a partir da promulgação da Constituição.

O MPF considera que a demora na demarcação negligencia o direito de os indígenas usufruírem de uma vida digna conforme os seus costumes e tradições.

Em abril deste ano, o MPF em Passo Fundo ingressou com ação civil pública na Justiça Federal para obrigar a Funai a dar andamento ao processo administrativo demarcação de terra indígena em favor de indígenas Kaingang acampados no município de Mato Castelhana. O grupo vive desde outubro de 2005 em um acampamento às margens da BR-285.

Em maio de 2009 foi publicada no Diário Oficial da União portaria em que a Funai constituiu grupo técnico para elaborar relatório circunstanciado de identificação e delimitação da uma área para os índios.

No último mês de maio, a Justiça Federal acatou o pedido do MPF e determinou que a presidência da Funai se manifestasse, em até 30 dias depois de notificada, sobre o processo de demarcação. Em caso de descumprimento, o órgão deveria pagar multa diária de R\$ 10 mil. A Funai recorreu da decisão e, em 16 de junho, o desembargador relator do processo suspendeu a liminar.

Veja aqui se sua propriedade está dentro (ou fora) da Terra Indígena de Mato Castelhana.
(<http://www.questaoindigena.org/2014/05/mato-castelhana-veja-se-sua-propriedade.html>)



Viúva de homem assassinado por índios tenharim pede indenização à Funai
SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 05.08.2014

A família do representante comercial Luciano da Conceição Ferreira Freire que foi assassinado por índios tenharim, em dezembro de 2013, em Humaitá, sul do Amazonas, entrou na justiça contra a Funai e a União com pedido R\$ 12,5 milhões a título de indenização por danos morais.

A ação, protocolada na 3ª Vara da Justiça Federal do Amazonas, pede o pagamento de indenização por danos morais de R\$ 5 milhões à viúva, Adriana dos Santos Lopes, e de valor igual ao filho do casal, Luidy Lopes Freire, além de danos materiais no valor de R\$ 2,5 milhões. A vítima tinha 29 anos e ganhava cerca de R\$ 5 mil mensais quando foi morta.

De acordo com o advogado da família, Carlos Terrinha, ficou comprovado que, no dia 16 de dezembro, Luciano seguia de carro pela Rodovia Transamazônica na companhia de Steff Pinheiro de Souza e Aldeney Ribeiro Salvador, quando foi sequestrado junto com os companheiros por um grupo de indígenas.

Conforme o inquérito acolhido pela Justiça Federal, os três homens foram torturados, mortos e enterrados no interior da terra indígena dos tenharim, supostamente para vingar a morte de um cacique, Ivan Tenharin, ocorrida doze dias antes num acidente de moto.

Os índios esconderam o ocorrido, o que acabou gerando um clima de revolta na região. Instalações da Funai de Humaitá foram depredadas e incendiadas. A Força Nacional foi enviada para a região. Os corpos dos três homens só foram encontrados 46 dias após o crime. Seis índios, entre eles três caciques, foram denunciados pelos crimes de homicídio qualificado e estão presos. O julgamento ainda não foi marcado.

Conforme o advogado, a Funai praticou atos que levaram ao desfecho do caso, como a permissão para que os índios cobrassem pedágio na Transamazônica. Até a noite desta segunda-feira, dia 4, a Funai não tinha sido notificada sobre a ação.

Fonte: Questão indígena



Trator confiscado em terra indígena é mantido apreendido para apuração de delito
SÍTIO CORREIO FORENSE, 05.08.2014

A 3.^a Turma do TRF da 1.^a Região negou provimento à apelação criminal proposta por um cidadão contra sentença proferida pelo Juízo Federal da 1.^a Vara de Subseção Judiciária de Ji-Paraná/RO, que lhe negou a restituição de seu veículo apreendido.

O requerente procurou a Justiça Federal após ter seu trator apreendido na Reserva Indígena Tubarão Latundê, em acampamento clandestino, onde visava à derrubada, transporte e venda de árvores, ocasionando o desmatamento da área.

O magistrado de primeiro grau explicou que o veículo deve ser mantido apreendido enquanto for de interesse do processo judicial, decidindo por fim, indeferir o pedido de restituição do trator.

Mantida a apreensão do veículo, o proprietário recorreu então ao TRF da 1.^a Região, alegando ter agido de boa-fé, não ter maus antecedentes, e frisando que o veículo sempre foi utilizado de forma legal para sustentar a si mesmo e a sua família.

O relator da apelação, juiz federal convocado Renato Martins Prates, entendeu que a retenção do trator ainda seria relevante para o processo judicial, existindo também a possibilidade concreta de confisco do bem como consequência de condenação por crime ambiental. Além disso, de acordo com o julgador: "a propriedade do veículo não se encontra devidamente comprovada, visto que o documento (...) é particular, sem qualquer lastro oficial, não apresentando sequer autenticação de cartório ou reconhecimento de firma, mostrando-se inapto a comprovar cabalmente que o requerente é de fato o dono do trator".

Assim, a Turma, por unanimidade, seguindo o voto do relator, negou provimento ao recurso.

Processo n.º 0002286-45.2013.4.01.4101/RO

Fonte: TRF1



Cecor participa do I Encontro Regional de Mulheres Quilombolas: Identidade e Negritude

SÍTIO CECOR, 05.08.2014

Por Kátia Gonçalves

No Brasil existem mais de duas mil comunidades quilombolas reconhecidas oficialmente pelo Estado Brasileiro. Mais da metade estão localizadas no Nordeste. Segundo informação da Secretaria de Igualdade Racial de Serra Talhada, o município possui 15 comunidades consideradas como remanescentes de quilombos. A primeira comunidade certificada foi a "Ponta da Serra" a segunda foi a comunidade Quilombola do Catolé dos Índios Pretos, localizada a 31km da sede.

Desde o marco histórico para as 90 famílias que moram na comunidade, que aconteceu dia 07 de junho de 2014, a realidade local se transformou de cinza para o verde da esperança, da liberdade de expressão, de dias melhores. A prova dessa mudança foi à realização do I Encontro Regional de Mulheres Quilombolas: Identidade e Negritude, que aconteceu sábado (02), na comunidade com a participação do Centro de Educação Comunitária Rural-Cecor.

De acordo com a idealizadora do encontro, a secretária municipal da mulher, Tatiane Tavares Sousa Duarte, o intuito foi provocar um momento para o fortalecimento das mulheres quilombolas no protagonismo de sua cidadania e dos direitos humanos, possibilitando-as compartilhar histórias e trocarem experiências estimulando a participação de forma coletiva e democrática para transformação de uma sociedade racista, machista e patriarcal.

Das 08h às 17h, os envolvidos trocaram experiências entre os quilombos, através da mesa redonda que trouxe como tema: As várias faces das Mulheres Negras. Além disso, houve um resgate histórico da vida social, cultural e política dos participantes, por meio da linha do tempo, coordenada pelo historiador, Diego Ferreira. Os amantes da arte puderam curtir também uma exposição de artefatos culturais quilombolas, performances artísticas e culturais.

A partir do momento em que se trava um contato com as dificuldades, lutas e conquistas de qualquer grupo que se organiza e traz uma pauta específica que une a linha da discussão do reconhecimento dos direitos pela emancipação, participação e empoderamento da mulher e, por outro lado, o reconhecimento da cultura do povo afro brasileiro, nos faz reconhecer e conhecer as nossas diversidades. "Avançar no reconhecimento de diversas contribuições para que as próprias comunidades possam se identificar como parte de uma continuidade histórica é muito importante. É algo que precisa avançar bastante, principalmente na nossa região", explanou o promotor de justiça de Serra Talhada, Dr. Valdeci Sousa Leite.

Nena Marinho, mulher negra e mãe de cinco filhos, como se apresentou, iniciou a mesa redonda provocando uma reflexão do que é ser negro e porque as mulheres precisam ocupar os espaços de discussões políticas e quebrar a dificuldade do autoreconhecimento da cor.

CONT.



“Afirmar que somos negros provoca dores oriundas do racismo, preconceito e exclusão. Não é fácil, mas já somos colocadas na periferia da discussão política quando se trata de assuntos relevantes à mulher, e quando é sobre mulher negra é sempre mais difícil. Se reconhecer como mulher negra é reconhecer historicamente que somos negras, independente da cor da pele. Produzimos riquezas para o País, mas não temos acesso porque as políticas públicas precisam ser efetivadas, independente de quem esteja nos espaços políticos”, desabafou Nena Marinho do município Belo Jardim/PE. O evento foi uma realização da Secretaria Municipal da Mulher de Serra Talhada – SEMU, em parceria com a Secretaria de Igualdade Racial – SEMIR, Conselho Municipal de Direito da Mulher – CMDM, com apoio dos Organismos de Políticas para Mulheres do Sertão Central e Pajeú, Secretaria da Mulher de Pernambuco – SecMulher, e o Movimento Negro pela Igualdade Étnico-racial de Pernambuco – MONIR.

Conheça a comunidade:

A Comunidade do Catolé dos Índios Pretos descende de africanos e iniciou a habitação em 1910, através do negro Lúcio. Segundo Diego Ferreira, historiador e ex-coordenador de Comunidades Tradicionais da Secretaria de igualdade Racial de Serra Talhada, Lúcio veio fugido da Serra do Umã, assim como outros negros que também vieram da Serra do Arapuá, habitando a comunidade do Catolé.

A mulher mais velha da comunidade do Catolé dos Índios Pretos “Lourdes do Catolé” revelou que foram anos muito difíceis, pois os seus pais fugiram porque não aguentavam mais tanto sofrimento e dor.

Foram mais de 160 anos de luta por reconhecimento, é o que informa um descendente dos primeiros habitantes da comunidade, Adalberto Damasceno Barros, conhecido por “roxinho” de 53 anos.

Núcleo de Comunicação do Cecor

Juliana Lima (87) 9961 1987

Kátia Gonçalves (87) 9951 5362

Fonte: ASCOM CECOR



'Floresta em pé' vira negócio para quilombolas

SÍTIO OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 05.08.2014

Em pouco mais de um ano, os extrativistas de Oriximiná entregaram mais de três toneladas de óleo para a Firmenich e tornaram-se o segundo fornecedor na rubrica "comunidade" da empresa

Por Daniela Chiaretti | De Oriximiná (PA) Jaime Gesisky/DivulgaçãoArco-íris no Último Quilombo, pedaço do paraíso no noroeste paraense: quilombolas lutam pela titulação de terras

Amanhece tarde nas comunidades quilombolas de Oriximiná. O descompasso com a natureza nas pequenas vilas é um tom fora da curva neste canto do Brasil de Amazônia exuberante - tem a ver com ajustes de horários feitos para economizar energia no país e não pelo tempo do Sol e da Lua. Tem gente que mantém a "hora do Lula" no relógio, como eles dizem, e outros que preferem "a hora de Deus". Neste lado do noroeste paraense, onde a natureza comove de tão preservada, surgem experiências inovadoras que buscam conectar a economia da floresta com a economia da cidade.

É assim, por exemplo, que quilombolas que vivem às margens de lagos paradisíacos no rio Trombetas, a dez horas de barco da cidade mais próxima, Oriximiná, tiram do clichê a expressão "dar valor à floresta em pé". Estão vendendo óleo de copaíba para a Firmenich, multinacional suíça com operações em mais de 60 países e faturamento global de US\$ 3 bilhões ao ano. Quando o projeto começou, em 2012, até hoje, o preço do quilo do óleo de copaíba subiu 90%. O copaiabeiro recebia R\$ 12, hoje ganha R\$ 30.

Em pouco mais de um ano, os extrativistas de Oriximiná entregaram mais de três toneladas de óleo para a Firmenich. Tornaram-se o segundo fornecedor na rubrica "comunidade" da empresa. E não só os quilombolas se beneficiam dos resultados de sua primeira experiência de venda coletiva de um recurso florestal. O mercado local, restrito a um ou dois compradores em Oriximiná, também teve que reajustar seu preço para não ficar sem produto.

A iniciativa nasceu para garantir renda sustentável aos extrativistas, de forma que a floresta sobreviva à pressão de madeireiros e da pecuária ilegal, duas das ameaças mais frequentes, quebrando um ciclo ambiental e socialmente perverso.

Quem faz a ponte entre recursos florestais, que os brasileiros de fora da Amazônia desconhecem, e o mercado cada vez mais curioso por novos produtos não madeireiros da floresta, é uma ONG de Piracicaba, município do interior de São Paulo, o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora). "Há alguns anos tivemos uma demanda das comunidades por renda sustentável", conta o biólogo e mestre em ecologia aplicada Leo Eduardo de Campos Ferreira, 31 anos, pesquisador do Imaflora.

CONT.



"A gente discutia alternativas de renda com a juventude", afirma Francisco Hugo de Sousa, presidente da Cooperativa Mista Extrativista dos Quilombolas de Oriximiná, a Ceqmo, uma das fortes associações dos cerca de 10 mil quilombolas que vivem na região, agrupados em 35 comunidades.

Foi assim que surgiu a ideia de mirar nas cadeias de negócios da castanha (o produto mais importante dos extrativistas de Oriximiná), da copaíba (fundamental para algumas comunidades) e tentar introduzir os produtos quilombolas na merenda escolar da região, cadastrando extrativistas para a venda. As crianças têm fatura de peixes, mandioca, pupunha ou batata-doce em frente de casa, mas na merenda recebem salsicha e almôndegas enlatadas. "Não faz nenhum sentido", diz Sousa.

A Calha Norte do Pará, como é conhecida a região, corria forte risco de desmatamento. "É a região mais preservada do Estado", diz José Risonei Assis da Silva, analista ambiental no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Por isso mesmo, muito cobiçada pelas madeireiras.

Ali está o maior mosaico de áreas protegidas do mundo: mais de 20 milhões de hectares de unidades de conservação estaduais, federais e de terras indígenas. "É um maciço importantíssimo de unidades de conservação, mas a Calha Norte era um lugar que corria risco com o avanço do desmatamento e do cultivo da soja, um filé para a exploração ilegal", diz Ferreira, que coordena o projeto do Imaflora. "Queríamos criar no entorno um movimento de desenvolvimento sustentável que pudesse fazer frente aos inúmeros assédios de uso ilegal dos recursos que os quilombolas sofrem."

Construir a logística entre descendentes de escravos, que no século XIX fugiram de fazendas em Óbidos, Santarém e Alenquer, e a Firmenich não é tarefa fácil. "A região possui contexto extremamente diverso e complexo", diz Ferreira. A dificuldade começa pelo tamanho da região. Oriximiná é o segundo maior município do Pará, grande como o Estado de São Paulo, duas vezes e meia o Rio, maior que Dinamarca ou Portugal. "Não temos como fazer a gestão de uma área dessa dimensão sem parcerias e articulações com ONGs e órgãos públicos", diz Risonei, que também é o chefe da Floresta Nacional Saracá-Taquera (Flona) e da Reserva Biológica do Rio Trombetas (Rebio), onde estão muitas comunidades quilombolas.

Cozinha comunitária no quilombo Curaçá: a valorização do óleo de copaíba atrai também os mais jovens e os fixa à terra

Embora a primeira titulação coletiva de terra de quilombo tenha ocorrido em Oriximiná, muitas comunidades não têm título e lutam para consegui-lo. O complicado é que várias delas estão sobrepostas às unidades de conservação, como ocorre no Brasil todo.

Pela legislação, florestas nacionais são áreas da União que permitem atividades econômicas e presença de populações tradicionais, mas reservas biológicas são muito mais restritivas, voltadas à pesquisa científica e à preservação integral, não permitem gente morando lá dentro. "Já estávamos aqui muito tempo antes de o governo criar a reserva", reclama Clea de Jesus dos Santos, da comunidade Último Quilombo, na Rebio. Estima-se que sejam 200 famílias

CONT.



dentro da Flona e outro tanto na Rebio. A falta de regularização deixa os quilombolas mais vulneráveis e dificulta o acesso às políticas públicas.

Foi assim que nasceu o projeto Florestas de Valor do Imaflora, um esforço de organizar e fortalecer as cadeias de produtos florestais não madeireiros, disseminar a agroecologia e conservar a floresta em três regiões do Pará - Calha Norte do rio Amazonas, Terra do Meio e em São Félix do Xingu. O projeto, que conta com R\$ 3,5 milhões de patrocínio da Petrobras desde 2013, conecta extrativistas e empresas na lógica do mercado ético.

O óleo de copaíba pareceu uma alternativa interessante. As comunidades têm tradição de coleta, a extração não era dificuldade. "A gente sempre usou o óleo como remédio, é bom para desinflamar", diz Zézinho Pires, 75 anos, no quilombo do Curuçá-Mirim. "No período antigo, tirava-se o óleo com machado, praticamente matava a árvore. Hoje se aproveita a copaíba toda."

"Comecei a mexer com copaíba com 17 anos, quando era R\$ 1 ou R\$ 5 o litro. Agora todo o pessoal tira. A copaíba melhorou muito a vida da gente", conta Idelson de Jesus, 24 anos, mencionando ainda políticas sociais, como Bolsa Família e Bolsa Verde, um reconhecimento para quem preserva a floresta. Ao seu lado está Madson Farias, 17 anos. "Aprendi com os mais velhos. Vou junto tirar."

As copaíbas estão dentro da mata. A região, com a Flona Saracá-Taquera de um lado do Trombetas, e a reserva biológica do outro, é um pedaço do paraíso. O rio é calmo feito lago. Botos em duplas se exibem diante dos pequenos barcos, jacarés enormes mergulham sem pressa, há garças de asas azuladas nas margens, araras voam aos pares.

"As copaíbas eram mais perto, antes não tinha o mercado que tem agora, a gente achava facinho as árvores", conta Antonio Marcos Salgado, o "Marquinho", 43 anos, há 20 trabalhando com copaíbas. Ele vive na comunidade do Curuçá-Mirim com outras 22 famílias. "Quanto mais o preço sobe, mais tem concorrência. Queremos que o preço aumente, mas falta o manejo para termos controle da produção", diz. "Se o óleo acabar, não adianta."

O óleo é extraído da copaibeira com um instrumento que parece um grande saca-rolhas, o trado. Os quilombolas fazem um furo no tronco da árvore e o óleo começa a escorrer. "A média, quando vai para o mato, é tirar dois litros. Eu, mais o parceiro, achamos duas árvores que cada uma deu 30 litros, mas é muito raro isso. Teve uma copaibeira que deu 72 litros", conta Marquinho.

Os homens saem em grupos para dentro da floresta. Caminham o dia todo até a região onde sabem que estão as árvores e ali montam acampamento. Depois saem em duplas, carregando espécies de galões, que chamam de carotes. Quando encontram a copaíba, fazem o furo, extraem o óleo e depois o fecham com um tipo de rolha, para o óleo não secar, a árvore descansar e produzir de novo. Mas tem quem deixe a copaíba aberta ou volte à árvore muitas vezes seguidas e causa danos. "A dificuldade que temos agora é controlar o povo para dar o tempo exato de a copaibeira descansar", diz Marquinho, que é o representante local do projeto do Imaflora.

CONT.



É ele quem recebe o óleo dos extrativistas na comunidade, se responsabiliza por fazer o pagamento imediato dos colegas, embarca o óleo em Oriximiná para a Firmenich. O pagamento foi um dos pontos que teve que ser discutido. Era um gargalo. A dinâmica da empresa é receber lotes grandes de produto, entre 400 a 500 quilos de óleo por vez. Os copaibeiros têm que ir juntando a produção para atingir o volume necessário e enviar à empresa. Mas os extrativistas precisam receber o dinheiro na hora em que entregam o produto, não podem esperar.

"Isso era um problema, mas a empresa fez uma doação inicial de R\$ 10 mil, que funcionou como capital de giro para o processo e o negócio flui", conta Ferreira. O Imaflora repassa o dinheiro sempre que os extrativistas pedem. Em mais algum tempo de organização do negócio, a ideia é que eles passem a gerir os próprios recursos.

A Firmenich usa enorme diversidade de ingredientes sintéticos e naturais que compra no mundo todo. É uma empresa química, no Brasil há mais de 60 anos, que tem como clientes as indústrias de alimentos, cosméticos, perfumes e produtos de limpeza. Seus aromas e fragrâncias vão parar em artigos tão diversos quanto um achocolatado, uma bolacha ou um xampu.

"Não entendemos sustentabilidade como filantropia", diz o agrônomo André Tabanez, gerente de projetos relacionados a ingredientes naturais e sustentabilidade. A empresa está habituada a comprar ingredientes que vêm de comunidades no Egito, Madagascar, Haiti, Guatemala, além da Amazônia, e desenvolveu uma sensibilidade diferente para adquirir produtos de origens diversas e extraídas por pequenos grupos.

"É muito diferente comprar óleo de copaíba de uma comunidade quilombola no meio da floresta do que um óleo de laranja de uma empresa enorme que exporta para o mundo todo", diz Tabanez. Ele explica que é preciso se envolver com a rastreabilidade do produto, conhecer o processo de extração e o ajustar aos padrões de qualidade da empresa.

"O objetivo é ter nosso consumo de óleo de copaíba principalmente produzido por comunidades. Este ano vamos atingir 50% do consumo vindo direto de comunidades no Amazonas e no Pará", diz Tabanez. "Esse percentual só não é maior porque não achamos mais comunidades que possam fornecer para a gente", afirma.

A alta de preço do óleo de copaíba atrai também os jovens quilombolas que perpetuam o conhecimento dos antepassados. A copaíba pode ser só o começo. Os quilombolas revelam potenciais inexplorados da Amazônia.

"Começamos a visualizar novos produtos que podem ter muito interesse para as indústrias", diz Ferreira. É uma lista grande de nomes exóticos: semente de cumaru (usa-se o óleo), leite de amapá (seiva medicinal), seiva do jutaí (usada localmente como remédio), breu (o branco é usado em cosméticos; o preto é usado localmente para vedar canoas), andiroba (óleo de uso cosmético e medicinal) e murumuru (cosmético). "Precisamos fazer muitos estudos para entender esses produtos e saber em quais é viável investir", diz o pesquisador do Imaflora.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 136 / 2014

Brasília, 06 de agosto de 2014.

A geração de renda e os impactos sociais são os benefícios mensuráveis de iniciativas como a do projeto do óleo de copaíba montado pelo Imaflora com a Firmenich. As perspectivas são muito diferentes de anos atrás, quando os extrativistas trocavam um litro de óleo de copaíba por um litro de diesel, porque não tinham outra opção. Eles continuam a usar diesel, o que é assombroso em um lugar tão preservado, mas o poder público ainda não se movimenta para criar alternativas limpas e renováveis de energia para quem vive em pontos remotos e isolados. Em compensação, a copaíba os libertou dos processos de troca. Os quilombolas, hoje, criam economia da floresta.

"Há também aquilo que não se pode medir, como ajudar a preservar a maior floresta tropical do mundo, serviços ambientais como geração de água, conservação da biodiversidade e regulação do clima", diz Tabanez, da Firmenich. "Que valor isso tem?".

A repórter viajou a Oriximiná a convite do Imaflora



Padre Ton diz que índios são exemplos para a preservação ambiental

SÍTIO EM RONDÔNIA, 05.08.2014

A agenda de campanha do candidato ao governo de Rondônia, Padre Ton e sua vice, Professora Fatinha (PT), reservou uma tarde especial para a dupla. Acostumado a discursos em defesa dos povos indígenas na Câmara dos Deputados, o próximo governador do estado fez uma visita a índios da Aldeia Gabgir, da linha 14, e membros da aldeia da linha 10, dentro da Terra Indígena 7 de Setembro, município de Cacoal, onde foi recebido pelos índios Suruí.

Ao todo são 27 aldeias e uma população estimada em mais de 1.300 pessoas de várias idades. Patanga Suruí, 45, é o presidente da Associação Indígena da Aldeia e disse durante a visita da Caravana do 13 que Padre Ton será o governador de Rondônia. "Não tenho dúvida nenhuma porque já como deputado vem ajudando a nossa comunidade e como governador não será diferente", disse.

Patanga Suruí falou da precariedade do atendimento a saúde dos índios, que os obrigam a aguardar uma eternidade nas filas, e reclamou da precariedade dos órgãos de assistência aos povos indígenas que estão fechando portas para não atender as demandas indígenas.

Para o Cacique da Aldeia Gabgir, Joaquim Suruí, Padre Ton é um parceiro dos índios. "Conheço ele há muito tempo e aqui tratamos ele como amigo. Acredito que como governador a atenção a nossa aldeia será ainda maior. Padre Ton é a nossa esperança, ele conhece nossa luta e sabe das nossas dificuldades por isso vai continuar essa parceria", destacou o cacique.

Ex-prefeito de Alto Alegre dos Parecis, município da zona da mata rondoniense que possui aldeias indígenas, Padre Ton disse que como prefeito pôde dar sua colaboração para aquela comunidade.

"Como deputado federal assumi a bandeira em defesa das causas indígenas, como a discussão do Estatuto dos Índios, que está parado na Câmara. Através desse documento vamos definir como será o futuro dos nossos índios. Agora sou candidato a governador para ter mais condições de ajudar os povos indígenas. Eu conheço a história de vocês e sempre defendi as suas lutas; os índios são um exemplo de preservação ambiental, porque fazem isso no seu dia a dia sem receber salário por isso", destacou.



Blairo Maggi volta ao Senado após licença de 120 dias

SÍTIO SÓ NOTÍCIAS, 05.08.2014

Após 120 dias licenciado do cargo, o senador Blairo Maggi (PR) voltou às atividades parlamentares e a presidir a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA). Maggi estava afastado das funções desde março. "Por motivos de força maior precisei me ausentar por 120 dias. Agora, toda minha energia e meu tempo estarão voltados para os trabalhos no Senado, uma vez que não sou candidato a nenhum cargo nas eleições de outubro e que não estarei efetivamente engajado em nenhuma campanha eleitoral".

De acordo com o senador, muito já foi feito na comissão. "Vamos aproveitar a semana de esforço concentrado para realizar sessão extraordinária, nesta quarta-feira às 9h, quando faremos Audiência Pública para discutir questões relacionadas aos povos indígenas".

A presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Assirati, será a convidada da comissão e irá expor sobre as políticas públicas de desenvolvimento sustentável das populações indígenas. Segundo Blairo Maggi, não há orientação governamental suficientemente ampla e coesa, capaz de orientar a ação do Estado em relação à situação do índio. Nada de consistente em relação à proteção sustentável de seu modo de vida, na medida em que isso seja a efetiva decisão do próprio indígena.

"O que existe hoje se restringe a um mínimo de diretrizes e de programas que não conversam entre si, mais o sucesso que determinados grupos de interesses vêm reiterada e lamentavelmente obtendo em estabelecer, ao arrepio do bom senso, imensos latifúndios sob o status de terras ancestrais", afirmou o senador.

Blairo declarou convicção de que essa Audiência Pública - com a presença da presidente da Funai, será uma grande oportunidade para o debate que se faz tão necessário a fim de que sejam encontradas soluções para a questão indígena no Brasil.



Pró-Índio: tramitação de processos de titulações quilombolas é lenta
SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 05.08.2014

Nenhum território foi titulado este ano no País; no Estado alguns processos estão parados há dois anos

A Comissão Pró-Índio de São Paulo divulgou que, no mês de julho, o encaminhamento dos processos de titulação de terras quilombolas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) foi superior a de todo o primeiro semestre de 2014. Em julho, foram publicadas sete portarias reconhecendo territórios como quilombolas e dois Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID). As duas terras identificadas se encontram no Rio Grande do Sul, enquanto os territórios reconhecidos estão nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Pará e Santa Catarina, ao todo, 21 hectares.

Até agora, este ano, foram publicadas um total de 12 Portarias e quatro RTIDs. De acordo com a Comissão Pró-Índio, a estatística que abrange apenas oito meses do ano já supera um histórico de inércia. Desde o ano de 2008, não eram reconhecidas mais de 10 terras quilombolas em um ano.

Embora a estatística pareça positiva, a Comissão aponta, no entanto, que nenhuma terra foi titulada ainda este ano. Em 2013, apenas quatro terras quilombolas foram tituladas, sendo que três títulos emitidos pelo governo federal para comunidades no estado do Mato Grosso do Sul foram parciais. Além disso, o monitoramento realizado pela Comissão Pró-Índio de São Paulo indica que 87,7% dos mais de 1.000 territórios quilombolas com processos abertos continuam sem identificação, e 76 das 158 terras com RTIDs publicados ainda não foram reconhecidas por portarias.

Nesta situação, se encontram duas comunidades quilombolas do Espírito Santo: São Domingos, localizada em Conceição da Barra (norte do Estado), que teve sua RTID publicada em 6 de fevereiro de 2012; e Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim (região sul), cuja RTID foi publicada três dias antes, em 3 de fevereiro de 2012. Desde então, mais de dois anos se passaram sem que houvesse andamento no processo de titulação desses territórios.

O caso do território de São Domingos esteve no centro de uma das ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério Público Federal (MPF) com o objetivo de agilizar o processo de regularização de territórios quilombolas no país. Este foi classificado como um dos exemplos mais claros de descaso, no qual promotores constataram uma série de medidas tomadas pelos órgãos competentes para praticamente paralisar o processo de reconhecimento das terras. A área é explorada pela Aracruz Celulose (Fibria) desde a ditadura militar e por fazendeiros reunidos no Movimento Paz no Campo (MPC).

Também em Conceição da Barra, os territórios de Angelim e Linharinho estão com a elaboração

CONT.



de seu RTID congelada desde o dia 31 de outubro do ano passado. Linharinho teve 85% dos seus 9,5 mil hectares ocupados pela Aracruz. A empresa questionou a portaria de reconhecimento do território, obtendo vitória na Justiça em 2007. Após anulação, somente naquela data foi aberto um novo processo, que pode levar de dois a três anos para ser concluído.

Na mesma situação está a comunidade Roda D'Água, localizada no mesmo município, que está com o RTDI em elaboração desde 4 de abril deste ano. Já a comunidade Retiro, em Santa Leopoldina (região serrana), teve a portaria do presidente do Incra publicada há mais de dois anos, em 31 de janeiro de 2012. Um dia antes, foi publicada a portaria dos territórios Serraria e São Cristóvão, em São Mateus (região norte). A portaria da comunidade São Pedro, localizada em Ibirapu (norte do Estado), foi publicada no dia 23 de novembro de 2012, e desde então não houve atualização no processo. A situação dos territórios pode ser conferida no acompanhamento dos processos no Incra disponibilizado no site da Comissão Pró-Índio.

No Espírito Santo, as comunidades enfrentam grande lentidão nos processos que visam à recuperar seus territórios explorados pela Aracruz Celulose, por usinas de cana-de-açúcar e álcool e fazendeiros. Sem o reconhecimento da terra como tradicionalmente quilombolas, as comunidades enfrentam dificuldades para sobreviver. Na região, onde antes havia fartura e preservação ambiental, predominam o cenário de miséria e destruição.



CMA ouve presidente da Funai sobre políticas públicas para índios isolados

SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 05.08.2014

Por falta de quorum, não houve votações na reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) desta terça-feira (5). O senador Blairo Maggi (PR-MT), que após licença anunciou seu retorno ao mandato e à presidência da comissão, anunciou uma audiência pública com a presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Assirati, nesta quarta-feira (6).

No debate, marcado para as 9h, serão debatidas políticas públicas voltadas aos indígenas, em especial no que diz respeito à qualidade de vida de índios isolados e de recente contato. Também foi convidado para o debate o coordenador da área de Índios Isolados da Funai, Leonardo Lenin dos Santos.

Blairo Maggi aproveitou para chamar a atenção para a necessidade de também discutir a política de demarcação de terras indígenas. Segundo afirmou, com 13% do território brasileiro correspondendo a terras indígenas, a demarcação não resolverá todos os problemas enfrentados por essa população atualmente. Ele também rechaçou o título de "anti-indigenista" que "insistem em colocar contra quem levanta a voz".

Agência Senado

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



Dilma não criou nenhuma nova unidade de conservação na Amazônia

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.08.2014

Com redução de partes existentes, presidente terminará seu mandato com saldo negativo

por Catarina Alencastro, em O Globo

BRASÍLIA — Desde a ditadura militar, esta será a primeira vez que um presidente da República encerrará um mandato sem ter criado uma única unidade de Conservação na Amazônia. Além de não terem sido criadas novas áreas protegidas na região, o governo de Dilma Rousseff reduziu o território de unidades existentes para acomodar projetos de hidrelétricas, deixando cinco delas, na região do Rio Tapajós (PA), com menos áreas do que tinham antes. Para piorar, a petista tem baixo desempenho na consolidação das UCs já criadas. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi o que mais criou UCs desde o regime militar. No primeiro mandato, ele fez 21 novas UCs, e no segundo criou outras 60, somando 81 novas áreas protegidas.

Depois dele, o ex-presidente Lula também teve alto índice de criação de áreas de preservação na região amazônica: 77 em seus dois mandatos, sendo 54 no primeiro e 23 no segundo. Na época de FH, iniciou-se um intenso processo de expansão de áreas protegidas para evitar a investida de grileiros sobre a floresta e frear o desmatamento. Desde então, as áreas de preservação fazem parte da política governamental de combate ao desmatamento e redução das emissões de gases estufa, principal causador de mudanças climáticas.

TRÊS UNIDADES, NENHUMA NA AMAZÔNIA

Na área ambiental do governo, há quem diga que Dilma desconhece a importância das áreas protegidas. Em seus três anos e meio de governo, a presidente teve a iniciativa de criar apenas duas UCs, mas nenhuma delas fica na Amazônia: o Parque Fumaça, na Caatinga do Rio Grande do Norte, e a Reserva Biológica Bom Jesus, na Mata Atlântica do Paraná. Uma terceira UC foi criada por iniciativa do Congresso, com sanção de Dilma: o Parque Nacional Marinho Ilha dos Currais, no Paraná. No total, as áreas somam 44 mil hectares (equivalente a 44 mil campos de futebol). Em seus governos, Lula protegeu 26,7 milhões de hectares e Fernando Henrique, 21,5 milhões de hectares.

— Do ponto de vista de áreas protegidas, este governo foi um fiasco. As unidades de conservação estão fragilizadas porque Dilma não percebe bem a importância dessas áreas — diz um analista ambiental do governo.

Segundo uma fonte do setor, há outras três UCs prontas para serem criadas e que já contam com a aprovação dos estados onde se localizam, mas não saem do papel. Os projetos estão no Palácio do Planalto, aguardando apenas o aval da presidente. São eles o Parque Nacional Serra da Gandarela, em Minas Gerais; o Parque Nacional Guaricana, no Paraná; e a Reserva Biológica Maués, no Amazonas. Outras sete foram devolvidas pelo Ministério do Meio Ambiente

CONT.



ao órgão responsável pelas áreas protegidas, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), por “inconsistência de dados”.

— As unidades de conservação servem para que a natureza seja preservada para as futuras gerações e para garantir o nosso bem-estar atual. A Amazônia é uma das áreas mais importantes do mundo a serem conservadas, é uma bomba d’água. O regime de chuva em grande parte da América do Sul depende do bom funcionamento da Amazônia. No momento em que estamos vendo uma super escassez de água em São Paulo, é importante perceber que, se a Amazônia não for bem cuidada, isso pode entrar em colapso — pontua Cláudio Maretti, da Comissão Mundial de Áreas Protegidas para o Brasil e líder da Iniciativa Amazônia Viva do WWF.

Atualmente, cerca de 30% do território brasileiro se encontram protegidos (por UCs federais, estaduais, municipais, terras indígenas ou territórios quilombolas). Isso significa um total de 2,7 milhões de km². Na Amazônia, cerca de 24% do território estão dentro de unidades de conservação. Mas Maretti lembra que o Brasil se comprometeu junto à Convenção sobre Diversidade Biológica da ONU a incluir em unidades de conservação 30% da Amazônia até 2010. Somando unidades federais e estaduais, há hoje 247 delas na região.

PREOCUPAÇÃO DE ‘ARREDONDAR’ OS PROCESSOS

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) argumenta que o foco da gestão da ministra Izabella Teixeira é “arredondar mais” os processos de criação para evitar questionamentos sobre áreas protegidas depois que elas forem criadas. Muitas vezes, o estado onde a UC se situa faz reclamações, e o governo federal tem que se desdobrar para solucionar conflitos.

Um dos grandes passivos gerados com a demarcação dessas áreas no passado é a disputa fundiária. O governo calcula que, para regularizar a situação, a União tenha que arcar com R\$ 20 milhões para reassentar famílias que estão instaladas em áreas protegidas e também para compensar as que moravam legalmente nas regiões incluídas nas UCs, antes que o Estado as transformasse em ponto de conservação da natureza.

— O percentual de unidades de conservação na Amazônia é o maior do Brasil. É óbvio que com essa alta porcentagem e com os recursos limitados, a prioridade não vai ser criar novas e sim honrar os compromissos que assumimos ao decretar aquelas áreas como protegidas, ou seja: consolidá-las — pondera Roberto Cavalcanti, secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Segundo o ministério, na redefinição de UCs já criadas o governo procura sempre compensar a retirada de territórios com a anexação de novas áreas em outros pontos do parque ou com a criação de novas UCs. O Parque Nacional Campos Amazônicos, por exemplo, perdeu 34 mil hectares, mas ganhou 150 mil em outro local. O Parque Nacional Mapinguari também perdeu 8,5 mil hectares e ganhou 180 mil.

Cinco unidades de conservação do entorno do Rio Tapajós, no entanto, seguem no prejuízo, pois perderam 75 mil hectares para abrir espaço para a construção de hidrelétricas do

CONT.



Complexo do Tapajós e ainda aguardam a autorização de Dilma para criação da Rebio Maués, que compensaria as perdas com a proteção de 74 mil hectares.

Lula e FH também retiraram áreas de UCs já existentes para realizar projetos de infraestrutura, principalmente. Um levantamento do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) mostra que, em 1996, o tucano tirou quase 1 milhão de hectares de terras que estavam protegidas. E em 2010, Lula fez a mesma coisa. Nesses locais, o Imazon apurou que houve aumento do desmatamento.

A real implementação das unidades de conservação já demarcadas é outro velho problema ambiental. Uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou, no ano passado, que apenas 4% das UCs da Amazônia têm alto grau de implementação, o que significa que, em termos de estrutura para visitação, turismo, exploração sustentável de madeira e estrutura para a manutenção da área, a gestão Dilma Rousseff deixa a desejar.

DESMATAMENTO SUBIU 28% EM 2013

Um ambientalista que já trabalhou no governo aponta outros problemas na área ambiental, sob a gestão da desenvolvimentista Dilma. Segundo ele, a implementação da Política Nacional de Mudanças Climáticas, criada por Lula em 2010 para cumprir o compromisso de reduzir emissões de gases estufa está andando "a passos de tartaruga".

Na área energética, o Brasil reduziu sua matriz renovável de 48% para 42% nos últimos quatro anos. E a promessa feita sob Lula de monitorar o desmatamento do Cerrado, onde se estima que a destruição das matas nativas seja o dobro da da Amazônia, nunca foi cumprida.

Na Amazônia, o desmatamento, que não aumentava desde 2008, voltou a subir 28% no ano passado. Embora ainda seja uma das taxas mais baixas da história, ambientalistas argumentam que ao ceifar anualmente quase 6 milhões de hectares (5.843 km²), o Brasil continua com o vergonhoso título de segundo maior desmatador do planeta, atrás da Indonésia. Dados preliminares apontam que este ano a destruição da floresta voltará a cair.



Audiência Pública dos Povos Tradicionais do Vale do Ribeira, 25/08, das 13 às 18h
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.08.2014



CONVITE

AUDIÊNCIA PÚBLICA – ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO
COMUNIDADES TRADICIONAIS DO VALE DO RIBEIRA

A EAAZONE: Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras em parceria com a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, convida para participar da:

Audiência Pública

Dia 25 de agosto 2014 – Assembleia Legislativa de São Paulo

Horário das 13 às 18 horas.

As Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira são convidadas a levar para a Audiência as situações onde seus direitos são violados, no que diz respeito à titulação de suas terras, às leis ambientais que não respeitam suas tradições e o descaso do governo em relação às Políticas Públicas que não são implementadas nas Comunidades.

A Audiência trará presente também a repressão no Vale do Ribeira no período da Ditadura.

Programação:

13 às 15h: Operação Registro e a guerrilha no Vale do Ribeira

15 às 15h30m: Documentário Agência Publica e apresentação do artefato explosivo

15h30m às 18h: Repressão que continua até hoje às Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira.

Contatos:

Escritório da EAAZONE – Eldorado (13) 3871-1877 ou pelo e-mail: eaacone@bol.com.br

Contamos com sua participação. Temos que continuar insistindo para que o governo priorize as Comunidades Tradicionais e não apenas o Agronegócio.

Eldorado, 01 de agosto de 2014.


Antonio Carlos Nicomedes
Coordenador da EAAZONE



MS – Passo Piraju: Fazendeiro e policiais intimidam comunidade Guarani-Kaiowá
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.08.2014

Por Tereza Amaral com Flávio Bittencourt, Amazônia Legal em Foco

Três policiais da Força Tática em companhia do fazendeiro Esmalte Chaves Barbosa estiveram na comunidade Passo Piraju, ontem, sem ordem judicial para intimidar os indígenas. Segundo a fonte que será mantida sob sigilo, os policiais já chegaram apontando armas para a comunidade.

O motivo da “visita” foi uma denúncia anônima de que na área retomada na fazenda Campo Belo teria havido um espancamento envolvendo um líder e outro indígena, motivo este desmentido. Aliás, o único espancamento ocorrido contra indígenas no Mato Grosso do Sul foi na aldeia Caarapó e por homens encapuzados.

Passo Piraju

O local já foi palco da morte de dois policiais civis com ferimentos de lanças, em 2006, confundidos com jagunços. O cacique Carlito Oliveira ficou quase três anos na cadeia, mesmo se declarando inocente, e depois foi para o regime de prisão domiciliar na Passo Piraju.

Em entrevistas à imprensa, na época, disse que no dia em que os policiais à paisana estiveram no tekoha, em um carro comum e usando bermudas, ele estava pescando. Também denunciou ter sido torturado com choques elétricos. Ontem, o fazendeiro acusou a comunidade de invasores, uma inverdade constatada pelo MPF e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, Pag. 12.



Encontro de Mulheres Apinajé

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.08.2014

Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ

A Pastoral Católica, denominada Conselho Indigenista Missionário-CIMI, por meio do Regional GO/TO, em parceria com as comunidades Apinajé, realizou nos dias 01, 02 e 03 de agosto de 2014, na aldeia Aldeinha, nesta Terra Indígena, O Encontro de Mulheres Apinajé. Ao menos 30 lideranças participaram da reunião, que contou também com as presenças de alguns convidados homens, que juntos debateram sobre os problemas relacionados à saúde, terra e os impactos dos grandes projetos de desenvolvimento econômico nos territórios indígenas. Na sexta-feira, 01/08/14, no período da noite, durante a abertura do Encontro foi exibido o Documentário: O Veneno Está na Mesa.

No dia 02/08/14, sábado, em depoimentos as lideranças falaram sobre as ofensivas e ameaças da bancada ruralista contra nossos Direitos Constitucionais, enfatizando que existem várias Propostas de Emendas à Constituição tramitando na Câmara dos Deputados e Senado Federal, sendo que a mais perversa e conhecida é a PEC 215/2000 que visa desconstruir os Direitos dos Povos Indígenas. A proposta altera os Art. 231 e 232 da Constituição Federal de 88, transferindo do Poder Executivo para o Congresso Nacional os atos de demarcar e regularizar os Territórios Indígenas e Quilombolas. Se aprovada a PEC 215/2000 irá dificultar e restringir ainda mais nossos direitos a terra, o que consideramos um perigoso retrocesso e uma grave violação dos Direitos Humanos.

Os participantes (os) expressaram grande preocupação com os crescentes desmatamentos do Cerrado no entorno do território Apinajé para implantação de carvoarias e o plantio de eucaliptos, todos licenciados de maneira irregular, sem a participação dos Órgãos da Administração Pública Federal e sem prévia consulta à nossas organizações representativas. Mais uma vez as lideranças Apinajé repudiaram com veemência os projetos de construção das hidrelétricas de Serra Quebrada, no rio Tocantins, Santa Isabel no Araguaia e a proposta que sugere a implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins.

As mulheres reclamaram que estamos cercados por grandes rodovias e a ferrovia Norte-Sul e vivendo em território sob intensa pressão de intrusos; diariamente invadido por madeireiros, pescadores, caçadores, arrendatários e coletores de frutas nativas, mesmo assim, não existe nenhum plano ou ação efetiva da Fundação Nacional do Índio –FUNAI e suas coordenações de Palmas (TO) e Brasília (DF) no sentido de fiscalizar e proteger nosso território e aldeias. Pelo contrário, nos últimos 30 anos seguidos governos e seus projetos desenvolvimentistas estão incentivando ainda mais essas atividades ilícitas.

Em 03/08/14, as mulheres trataram ainda sobre as deficiências e precariedades do atendimento à saúde, que é responsabilidade da Secretaria Especial da Saúde Indígena-SESAI, através do Distrito Sanitário Especial Indígena do Tocantins DSEI-TO e denunciaram

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 136 / 2014

Brasília, 06 de agosto de 2014.

casos de descuidos, negligências e maus tratos nas dependências do Hospital Municipal José Saboia em Tocantinópolis (TO). As lideranças se queixaram também que não conseguem realizar exames preventivos, situação que consequentemente leva muitos pacientes a ser encaminhados aos hospitais já estão em estado grave.

Terra Indígena Apinajé, 05 de agosto de 2014.



Mais uma reforma da Saúde Indígena é anunciada pela SESAI: agora, querem o Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.08.2014

Por Paulo Daniel Moraes

Com a aproximação do prazo estabelecido no Termo de Conciliação Judicial (TCJ) assinado pelo Ministério da Saúde (MS) e Ministério do Planejamento (MPOG) com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e Ministério Público Federal (MPF), que prevê a substituição de todos os profissionais da Saúde Indígena contratados hoje através de convênios e contratos temporários da União (CTU) por servidores públicos efetivos, através da realização de concurso público para a saúde indígena no prazo máximo até 31 de dezembro de 2015, foi anunciada no início de agosto a mais nova reforma proposta pela SESAI com o objetivo declarado de 'criar um novo modelo institucional para atendimento às populações indígenas'.

No dia 01 de agosto o secretário Antônio Alves da SESAI apresentou no gabinete do Ministro da Saúde a proposta de criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI), que deverá ser o órgão responsável pela gestão e execução da atenção à saúde indígena em todo o país. O anúncio acontece apenas quatro anos depois da criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), fruto de uma grande mobilização do movimento indígena em todo o país, visando o reconhecimento da Saúde Indígena como uma política pública ligada diretamente ao gabinete do Ministro da Saúde, em substituição à FUNASA que promovia a terceirização e a privatização da saúde indígena.

O maior argumento dos responsáveis pela SESAI para a apresentação desta proposta é a alegada inviabilidade da realização do concurso público para provimento do pessoal da saúde indígena. A proposta do Concurso Público Específico e Diferenciado é uma bandeira do movimento indígena desde as primeiras Conferências de Saúde Indígena no final do século passado. Para que este concurso pudesse alcançar os objetivos almejados seria preciso criar os mecanismos legais adequados, inclusive com a regulamentação das categorias profissionais de Agente Indígena de Saúde e demais profissionais indígenas. Seria necessária uma articulação ampla envolvendo o Ministério Público Federal, Congresso Nacional e a Presidência da República.

Nada disto foi feito, e agora nos deparamos com mais uma brilhante reforma da Saúde Indígena gestada no aconchego dos gabinetes refrigerados da SESAI em Brasília. O modelo a ser adotado é copiado da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, citado como a 'primeira instituição pública não estatal brasileira'. Não é esta a avaliação dos segmentos sociais nas Conferências Nacionais de Saúde, onde o modelo dos Hospitais da Rede Sarah tem sido considerado a forma mais explícita de terceirização e desperdício de dinheiro da saúde pública no país.

Uma mostra da forma clientelista e autoritária como a primeira e única gestão da SESAI até agora trata o controle social e a gestão participativa indígena, é a composição do Conselho

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 136 / 2014

Brasília, 06 de agosto de 2014.

Deliberativo do famigerado INSI, instância máxima de decisão do órgão, onde dos treze membros do colegiado foram concedidas 'três vagas' para representantes de organizações indígenas. É lamentável o desrespeito com que este governo trata as populações indígenas, e esta nova reforma absurda, na contramão de tudo o que tem sido proposto e construído pelos povos indígenas nas últimas décadas, é mais uma afronta a ser enfrentada com indignação e vigor por todo o movimento indígena e seus aliados na construção da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena.

Boa Vista, 04 de agosto de 2014.



Banco Mundial propõe excluir de proteção populações frágeis

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.08.2014

Envolverde – Por Jim Lobe, da IPS

Washington, Estados Unidos, 4/8/2014 – Um importante comitê da junta diretora do Banco Mundial rechaçou as solicitações para modificar um rascunho de declaração política que, segundo uma centena de organizações da sociedade civil, implicaria um retrocesso de várias décadas nas disposições que protegem de abusos as populações indígenas, os pobres e os ecossistemas frágeis.

Embora o Comitê de Efetividade no Desenvolvimento não tenha apoiado formalmente o documento, o aprovou em 30 de julho para consulta nos próximos meses com os governos, ONGs e outros interessados, no que será a segunda rodada de uma revisão das políticas sociais e ambientais do Banco Mundial que levará dois anos.

Está em jogo um rascunho de marco de garantias que foi desenhado para atualizar e fortalecer as políticas implantadas nos últimos 25 anos para garantir que os projetos financiados pelo Banco Mundial nos países em desenvolvimento protejam as populações vulneráveis, os direitos humanos e o ambiente.

“As políticas que temos agora foram úteis, mas os problemas que enfrentam nossos clientes mudaram nos últimos 20 anos”, disse Kyle Peters, vice-presidente do Banco Mundial para operações políticas e serviços nos países. Peters ressaltou que as disposições do contexto previsto também ampliarão as políticas de garantias da instituição com sede em Washington, para promover a inclusão social, a antidiscriminação, os direitos trabalhistas e a luta contra a mudança climática.

Mas um grupo de organizações da sociedade civil afirma que o projeto, que vazou no dia 26 de julho, não reforça essas garantias, e que, muito ao contrário, as debilita substancialmente em alguns casos.

“O Banco Mundial se comprometeu diversas vezes a produzir um novo marco de garantias que não dê lugar à diluição das salvaguardas existentes e que reflita as normas internacionais vigentes”, segundo comunicado enviado em 28 de julho aos diretores-executivos da instituição pela Aposta pelos Direitos Humanos (BHR), uma rede com sede em Washington integrada por 23 organizações de desenvolvimento, humanitárias e ambientalistas.

“Por outro lado, o projeto de garantias representa uma profunda diluição das salvaguardas existentes e solapa as normas internacionais de direitos humanos e das melhores práticas”, alerta a carta assinada por Anistia Internacional, Human Rights Watch e Fórum de ONGs do Banco Asiático de Desenvolvimento, entre outras organizações.

CONT.



Uma das disposições previstas permitiria a “exclusão voluntária” dos governos que recebem empréstimos da Norma dos Povos Indígenas, que foi desenvolvida pelo Banco Mundial para garantir que seus projetos de financiamento protejam os direitos fundamentais das populações autóctones sobre a terra e os recursos naturais.

“Há mais de 20 anos que colaboramos com o Banco Mundial no desenvolvimento das garantias sociais e ambientais e nunca vimos uma proposta com um potencial tão negativo de repercussões generalizadas para os povos indígenas de todo o mundo”, afirmou a filipina Joji Cariño, diretora da Forest Peoples Programme, uma organização com sede na Grã-Bretanha que defende os direitos das populações autóctones.

“A proposta de exclusão voluntária das proteções para os povos indígenas, em particular, afetaria a vigente legislação internacional de direitos humanos e os avanços significativos que se observa no respeito aos direitos dos povos indígenas nas leis nacionais”, destacou Cariño.

Mas Mark King, diretor de normas ambientais e sociais do Banco Mundial, insistiu que o contexto em questão representa um “fortalecimento da política existente” que, entre outras disposições, incorpora o “consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas” para todos os projetos financiados pelo Banco.

“Em circunstâncias excepcionais, quando existe o risco de exacerbar as tensões étnicas ou os conflitos civis, ou quando a identificação dos povos indígenas é incompatível com a Constituição do país, em consulta com as pessoas afetadas por um projeto em particular, é proposto um enfoque alternativo para a proteção” dessas populações, explicou Peters, acrescentando que a direção do órgão deve autorizar essas exceções.

O Banco Mundial, que desembolsa até US\$ 50 bilhões por ano em subsídios e empréstimos, continua sendo uma fonte fundamental de financiamento de projetos no Sul em desenvolvimento, embora nos últimos 20 anos tenham surgido outras fontes importantes de capitais privados e, mais recentemente, a China e outras economias emergentes que costumam impor menos condições aos seus empréstimos. Diante dessa competição, o Banco Mundial busca a forma de atrair os que precisam de empréstimo mediante, por exemplo, facilidades em suas operações.

Entretanto, alguns de seus críticos temem que o Banco Mundial também esteja disposto a exercer maior flexibilidade na aplicação de suas normas sociais e ambientais, algo que seus funcionários rechaçam publicamente, apesar da recente divulgação de e-mails internos que confirmariam esses temores.

Sob a insistência das ONGs e de alguns governos ocidentais, nos anos 1980 e 1990, o Banco Mundial liderou o processo de adoção de políticas sociais e ambientais progressistas. Porém, mais recentemente, “ficou para trás em relação aos bancos regionais de desenvolvimento e a outras instituições internacionais de desenvolvimento quanto à proteção dos direitos humanos e do ambiente”, afirmou Gretchen Gordon, coordenadora da BHR.

“O Banco tem a oportunidade de recuperar sua posição de líder no âmbito do desenvolvimento,
CONT.



mas, lamentavelmente, este projeto é um retrocesso na última década de progresso”, afirmou Gordon. “Esperamos que a próxima rodada de consultas seja sólida e acessível para as pessoas e as comunidades mais afetadas, e que o Banco e seus Estados membros adotem um contexto de garantias sólido que respeite os direitos humanos”, enfatizou.

A BHR elogiou o renovado interesse do Banco Mundial pela discriminação e pelos direitos trabalhistas, mas criticou o que considera o deslocamento do contexto de garantias de “um com base no cumprimento do processo e das normas estabelecidas para outro de orientação vaga e aberta”.

Segundo o comunicado da sociedade civil, o rascunho coloca em perigo a proteção de populações que poderiam ser deslocadas de suas casas por projetos financiados pelo Banco Mundial. Também permitiria que os governos que fazem empréstimos, e inclusive bancos privados “intermediários”, apliquem suas próprias normas para a avaliação, compensação e reassentamento das comunidades deslocadas, “sem critérios claros sobre quando e como isso seria aceitável”, destacou a BHR.

Além disso, o marco previsto não incorpora nenhuma proteção que evite que os fundos do Banco Mundial apoiem as apropriações de terras que deslocaram populações indígenas, pequenos agricultores, comunidades de pescadores e pastores em países pobres para dar lugar a grandes projetos agroindustriais, acrescenta a organização.

“Tínhamos a esperança de que as novas garantias incluíam requisitos fortes para impedir que governos, como o da Etiópia, abusem de suas populações com os fundos do Banco”, declarou Obang Metho, diretor-executivo do Movimento de Solidariedade por uma Nova Etiópia, uma organização que chamou a atenção internacional para as apropriações de terras etíopes com apoio do Banco Mundial. “Mas nos assombrou o Banco abrir as comportas para novos abusos”, ressaltou.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Mayron Borges.



Boletim de Notícias - Edição nº 136 / 2014

Brasília, 06 de agosto de 2014.

No Ceará, encontro Sesc Povos do Mar recebe inscrições

SÍTIO G1, 06.08.2014

São ofertadas 200 vagas para o encontro. Inscrições devem ser feitas pela internet.

O Serviço Social do Comércio (Sesc-CE) está com inscrições abertas para o 4º Encontro Sesc Povos do Mar. O evento acontece entre os dias 18 e 22 de agosto, na Colônia Ecológica do Sesc Iparana, em Caucaia, no Ceará. O encontro é destinado para pesquisadores, profissionais e estudantes da área ambiental. Os participantes vão poder participar de oficinas, rodas de conversa e programação cultural, todas gratuitas. As inscrições devem ser feitas no site www.sesc-ce.com.br.
saiba mais

O evento tem o objetivo de promover a visibilidade e a valorização das comunidades tradicionais. Os participantes vão receber material do encontro e certificado de participação. Os interessados em adquirir a alimentação e hospedagem devem solicitar os serviços no ato da inscrição.

Durante o credenciamento, realizado no dia 18, das 9h às 12h e das 14h às 17h, os participantes devem fazer a confirmação da inscrição e a escolha das atividades que desejam participar. São ofertadas 200 vagas e o credenciamento será feito por ordem de chegada. Mais informações pelo telefone: (85) 3318.4918 / 0800 275 5250.



Boletim de Notícias - Edição nº 136 / 2014

Brasília, 06 de agosto de 2014.

MPF/PA quer reparação de danos a ribeirinhos de Barcarena por vazamento de minério da Imerys

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.08.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=KbvDHv3m_0g

MPF no Pará quer reparações no vazamento de minério que está poluindo igarapés e comprometendo a saúde de comunidades ribeirinhas, em Barcarena, município situado a nordeste do estado. Imagens gravadas por um morador da região mostram o caulim escorrendo do pátio da empresa Imerys Capim Caulim, denunciada pela contaminação. Para o Ministério Público Federal as consequências para o meio ambiente e para as comunidades ribeirinhas podem ser devastadoras. Um procedimento administrativo criminal foi aberto para investigar a extensão do vazamento.



Belo Monte atrasa 'fatura social'

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.08.2014

A visita que a presidente Dilma Rousseff faz hoje às obras da hidrelétrica de Belo Monte deveria incluir uma passagem pelos novos endereços de 5.241 famílias que tiveram de sair de suas casas para dar espaço ao futuro reservatório da usina. O passeio terá de ser abreviado. Em Altamira (PA), Dilma não vai encontrar mais do que 300 famílias realocadas pelo consórcio Norte Energia, dono da hidrelétrica

André Borges - O Estado de S.Paulo

O atraso em concluir a mudança de aproximadamente 20 mil pessoas é um dos pontos mais complexos na lista de obras compensatórias assumidas, e não cumpridas, pelo consórcio. Um ano atrás, a própria Norte Energia cravava que chegaria a julho deste ano com 100% das realocações concluídas, uma condição básica para que possa iniciar a formação do lago da usina. O fato é que, hoje, nem 10% das famílias trocaram de endereço.

As dificuldades em concluir os trabalhos passam pela elaboração do chamado "cadastro socioambiental", um banco de dados que deve reunir informações de todos aqueles que são impactados pela obra. É a partir desse levantamento que a Norte Energia orienta suas ações.

Cadastro

O cadastro deveria estar pronto há mais de dois anos, quando Belo Monte recebeu sua licença prévia ambiental. Mas, segundo o Ibama, até hoje o banco de dados não foi concluído.

O orçamento estimado para as ações de reassentamento é da ordem de R\$ 500 milhões. A previsão original era de que o consórcio iniciasse a construção das casas ainda em 2011, o que não ocorreu.

"Os dados sistematizados referentes ao cadastro socioeconômico da UHE Belo Monte, conforme solicitados, não foram disponibilizados ao Ibama pela Norte Energia", informou o Ibama, em resposta encaminhada ao Estado, por meio da Lei de Acesso à Informação. "Não foi oficializada, até o momento, a finalização ao cadastro socioeconômico", relatou.

O posicionamento do Ibama surpreendeu a Norte Energia, que garante ter enviado o cadastro ao órgão no fim de 2012.

Pelos números do consórcio, 5.241 famílias serão diretamente afetadas pela usina e, por isso, precisam sair de suas casas.

O balanço atual da Norte Energia diz que cerca de 900 negociações foram feitas, englobando
CONT.



acertos de áreas públicas e privadas. Cerca de 300 famílias concordaram em mudar para as casas construídas na região. Outras 230 famílias optaram pela indenização.

Meta

A nova meta do consórcio é concluir o processo até o fim deste ano. Não será fácil. Entre agosto de dezembro, teriam de ser reassentadas 942 famílias por mês. Na Norte Energia, a avaliação é que o processo deve ganhar ritmo após a etapa inicial de alocações, considerada mais complexa.

“Isso explica muito bem por que o atraso de quase um ano no projeto. A questão social é mais sensível. Por lei, a Norte Energia já deveria ter publicado a lista completa do cadastro social, em toda a região, para que todos pudessem vê-la. A única coisa que vimos foram listas parciais, em apenas alguns locais”, diz Biviany Rojas, advogada do Instituto Socioambiental.

Entre dezembro de 2013 e fevereiro de 2014, o Ibama impôs três multas ao consórcio. A mais recente foi em fevereiro, no valor de R\$ 2,5 milhões.



Senador contesta reportagem sobre protesto indígena na Flip

SÍTIO A FOLHA DE SÃO PAULO, 06.08.2014

ROMERO JUCÁ, senador pelo PMDB-RR
DE BRASÍLIA (DF)

Quero repudiar as inverdades levantadas pelo indígena Davi Kopenawa. Não apoio nem promovo invasão de terras indígenas nem atividade garimpeira em qualquer lugar do Brasil, inclusive áreas indígenas. A Polícia Federal tem combatido com rigor qualquer ação garimpeira na área ianomâmi. Credito as calúnias do líder à disputa eleitoral que ocorre lá em Roraima. O Chico Rodrigues, atual governador, e meu filho Rodrigo formam uma chapa que disputa a eleição contra a candidata apoiada pelo acusador. Lamento que as informações tenham sido publicadas sem conferir sua veracidade.

*

NOTA DA REDAÇÃO - A reportagem procurou o senador Romero Jucá por telefone na noite de domingo (3), mas não conseguiu encontrá-lo até a conclusão da edição.



Presidente da Funai será ouvida sobre políticas públicas para índios isolados

SÍTIO JORNAL DO SENADO, 06.08.2014

Por falta de quórum, não houve votações na reunião da Comissão de Meio Ambiente (CMA) de ontem. Blairo Maggi (PR-MT) — que, após licença, reassumiu o mandato e a presidência da comissão — anunciou uma audiência hoje com a presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Assirati.

No debate, marcado para as 9h, serão discutidas políticas públicas voltadas aos indígenas, em especial no que diz respeito à qualidade de vida de índios isolados e de recente contato. Também foi convidado o coordenador de Proteção e Localização de Índios Isolados da Funai, Leonardo Lenin dos Santos.

Blairo chamou a atenção para a necessidade de discutir a política de demarcação de terras indígenas. Segundo afirmou, com 13% do território brasileiro correspondendo a terras indígenas, a demarcação não resolverá todos os problemas enfrentados por essa população. Ele também rechaçou o título de de “anti-indigenista” que “insistem em colocar contra quem levanta a voz”.

Jornal do Senado

(Reprodução autorizada mediante citação do Jornal do Senado)



JF de Tabatinga/AM participa de seminário sobre Direitos Sociais dos Indígenas
SÍTIO PROMAD, 06.08.2014

A Coordenadoria de Promoção e Proteção dos Direitos Sociais dos Indígenas em Atalaia do Norte/AM promoveu, em parceria com diversos órgãos, o "V Seminário de Promoção e Proteção dos Direitos Sociais dos Indígenas no Vale do Javari". O evento foi realizado no período de 17 a 22 de julho, na Aldeia Indígena Nova Esperança, denominada também de Aldeia Kawi e localizada na Terra Indígena Vale do Javari dos Guerreiros Indígenas Mayuruna.

O oficial de justiça Edmilson Alves do Nascimento, designado pelo diretor da Subseção Judiciária de Tabatinga, juiz federal Társis Augusto de Santana Lima, representou a Justiça Federal no seminário. O servidor, que é mestrando em "Sociedade e Cultura" na Universidade Federal no Amazonas (UFAM), proferiu a palestra "O acesso à justiça e os direitos sociais dos povos das Aldeias da Terra Indígena do Vale do Javari."

Edmilson registrou que, segundo relatos colhidos durante o Seminário, os indígenas do Vale do Javari viajam em embarcações rústicas (canoas) impulsionadas por motor tipo "Pec-Pec", que chega a no máximo 15 "HP" de velocidade, o que faz com que a viagem dure de 10 a 15 dias, em média, para chegar a Atalaia do Norte, Benjamin Constant ou Tabatinga. "Seria bom que o Poder Público, através de órgãos dos diversos Poderes, promovesse ações integradas, com um cronograma de pelo menos uma visita semestral ou anual às aldeias do Vale do Javari, evitando que os indígenas tenham que viajar tanto, principalmente porque já houve casos de crianças morrerem desidratadas devido à longa duração da viagem", disse o servidor.

No último dia do evento, foram prestados os seguintes atendimentos:

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS): concessão de 17 benefícios previdenciários de auxílio maternidade;

Fundação Nacional do Índio (Funai): expedições de Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI) e cadastro de bolsa família;

Justiça Federal: atermação de pedido ao Juizado Especial Federal, pleiteando benefício de amparo social à pessoa portadora de deficiência.

Durante todo o seminário muitos indígenas expressaram a satisfação em receber um representante da Justiça Federal. Disseram acreditar e confiar muito no papel da Justiça Federal e do Ministério Público Federal em defesa da promoção e proteção dos indígenas. O Cacique-Geral Raul Mayuruna declarou que "isso é bom, muito bom, pois a Justiça vindo aqui na aldeia e conhecendo nossa realidade de vida terá mais sensibilidade em julgar nossas demandas, pois temos nossa cultura, nossos hábitos e nossos costumes diferenciados e isso tem que ser levado em conta quando aplicar a lei e a Constituição do Brasil."

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 136 / 2014

Brasília, 06 de agosto de 2014.

Além do representante da Justiça Federal, ministraram palestras representantes do INSS, da UFAM, da Funai, da Secretaria Especial da Saúde Indígena do Ministério da Saúde (Sesai) e da Secretaria Municipal de Educação (Semed) de Atalaia do Norte. Participaram como ouvintes do evento membros da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja); da Organização Geral Mayuruna (OGM); da Associação para o Desenvolvimento Comunitário dos Marubos (Asdec); além de aproximadamente 90 indígenas, homens e mulheres, da etnia Mayuruna, das aldeias Nova Esperança, Lar Feliz e Terrinha, bem como da etnia Marubos, oriundos das aldeias Maronal, Morada Nova, São Sebastião, Volta Grande e São Salvador, todas localizadas na afluição do Rio Javari – Rio Curuçá – Rio Pardo.

Fonte: Secos/AM

Assessoria de Comunicação Social

Tribunal Regional Federal da 1.^a Região



Campos promete avançar em demarcações e criar áreas de proteção ambiental
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 06.08.2014

Em coletiva na Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o presidenciável Eduardo Campos criticou política de reforma agrária do governo atual



O presidenciável do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Eduardo Campos, prometeu hoje avançar na demarcação de terras indígenas, na criação de unidades de conservação e no assentamento de famílias da reforma agrária. As propostas foram apresentadas durante coletiva de imprensa na sabatina da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA). "Se você pegar para ver o ritmo de criação de Unidades de Conservação (UCs) e de Terras indígenas, perceberá que o ritmo dos últimos vinte anos praticamente parou durante esse governo. Só 2% das UCs foram feitas no atual governo (...). Quando um governo que pára o ritmo que vinha de outros, é obvio que isso desemboca no ambiente de tensão e no clima político que estamos vivendo hoje no campo", disse Eduardo, criticando o baixo ritmo de demarcação de terras indígenas no governo Dilma.

"Essa não é uma pauta infinita, ela é finita. A própria Constituição Federal de 1988 imaginou
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 136 / 2014

Brasília, 06 de agosto de 2014.

que seria possível fazer dentro de 5 anos toda a demarcação de terras indígenas. Não foi possível, mas também não é preciso levar 50 anos”, continuou o socialista. “É preciso retomar o diálogo com o mundo rural brasileiro. Da mesma forma que é preciso discutir com a agricultura é preciso discutir com os quilombolas, com os assentados da reforma agrária, com os indígenas, com quem está embaixo de uma lona preta aguardando ser assentado”, disse ele, que evitou traçar metas na área. “Não tem como ter meta de demarcação de terra indígena. Isso depende de estudos antropológicos”, concluiu.



Pauta dia 07 – 14h: conselho dos povos indígenas e comunidades tradicionais do paraná empossa novos membros

SÍTIO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ, 06.08.2014

O Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná, que integra a estrutura organizacional da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, empossa nesta quinta-feira (07) os novos membros.

O Conselho é um órgão colegiado, consultivo, deliberativo e fiscalizador, instituído pela Lei 17.425/2012, e tem a finalidade de possibilitar a participação popular em discussões, propostas, elaborações e auxílio na implementação e fiscalização das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas e comunidades tradicionais que se utilizem da autodefinição ou auto atribuição, segundo a Convenção n  169 da Organização Internacional do Trabalho de 2004, como povos e comunidades tradicionais.

COMPOSIÇÃO - é composto por 24 membros, sendo 50% representantes do poder público e 50% representantes de povos e comunidades tradicionais do Paraná. Os Conselheiros e Conselheiras a serem nomeados, conforme o Decreto 10436/2014 são:

Representantes Governamentais:

- Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - FÁTIMA IKIKO YOKOHAMA, Titular e REGINA DE CÁSSIA BERGAMASCHI BLEY, Suplente;
- Secretaria de Estado da Segurança Pública - WALLACE DE OLIVEIRA BRITO, Titular e JOSÉ RENACIR MACHADO DE SOUZA, Suplente;
- Secretaria de Estado da Saúde - LUCIMAR PASIN DE GODOY, Titular e SCHIRLEY TEREZINHA FOLLADOR SCREMIN, Suplente;
- Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Economia Solidária - MARIA AUGUSTA ARAÚJO, Titular e MÁRIO JOSÉ DE RAUEN BACELLAR, Suplente;
- Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - PATRICIA FABIANA FRANÇA, Titular e CARIMI SCHWEITZER DALMOLIN, Suplente;
- Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - TANIA MARA DOMINGUES, Titular e JORGE MARCOS DOS SANTOS, Suplente;
- Secretaria de Estado da Cultura - ALMIR PONTES FILHO, Titular e CRISTINA CARLA KL PPEL, Suplente;

CONT.



- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - ROSANA MARIA BARA CASTELLA, Titular e ELMA NERY, Suplente;
- Secretaria de Estado da Educação - MARLI FRANCISCA PERON, Titular e DIRCEU JOSÉ DE PAULA, Suplente;
- Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - ROSANA SCARAMELLA, Titular e NÍVIA ALVES RIBEIRO MENEGAZZO, Suplente;
- Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SERGIO DA SILVA SCHLICHTA, Titular e JEFFERSON VINICIUS MEISTER, Suplente;
- Secretaria de Estado de Relações com a Comunidade - CLEMILDA SANTIAGO NETO, Titular e EDIMARA GONÇALVES SOARES, Suplente.

Representantes da Sociedade Civil Organizada:

- Representando as benzedeiras e benzedores do Estado do Paraná - ANA MARIA DOS SANTOS, Titular e AGDA DE ANDRADE CAVALHEIRO, Suplente;
- Representando os ciganos do Estado do Paraná - CLAUDIO DOMINGO IOVANOVITCHI, Titular e TATIANE EMILIA CAMARGO IOVANOVITCHI, Suplente;
- Representando as cipozeiras e cipozeiros do Estado do Paraná - MARCIA ALVES DE SOUZA PEREIRA, Titular e RUTH GONÇALVES, Suplente;
- Representando as religiões de matriz africana do Estado do Paraná - BRENDA MARIA SANTOS, Titular e ROBSON BORGES ARANTES, Suplente;
- Representando os faxinalenses do Estado do Paraná - HAMILTON JOSÉ DA SILVA, Titular e AMANTINO SEBASTIÃO DE BEIJA, Suplente;
- Representando os indígenas Guarani do Estado do Paraná - NILZA MARIA RODRIGUES, Titular e DANIEL MARACA MIRI LOPES, Suplente;
- Representando os indígenas Kaingang do Estado do Paraná - JOÃO SANTOS ANDRÉ DOS SANTOS, Titular e SEBASTIÃO KAEIRA TAVARES, Suplente;
- Representando os Caiçaras do Estado do Paraná - MARIA DO ROCIO DE OLIVEIRA, Titular e SEBASTIÃO DE ALMEIDA, Suplente;
- Representando os Pescadores e Pescadoras Artesanais do Estado do Paraná, CLAUDIO ARAÚJO KUNES, Titular e AMARILDO DAS NEVES ALVES, Suplente.;
- Representando os Quilombolas do Estado do Paraná - NILTON MORATO DOS SANTOS, e ANA MARIA SANTOS DA CRUZ, Titulares, ALCIONE FERREIRA DA SILVA e RONI DO CARMO CARDOSO, Suplentes;



Boletim de Notícias - Edição nº 136 / 2014

Brasília, 06 de agosto de 2014.

- Representando os Ilhéus do Estado do Paraná - MIZAEL JEFFERSON NOBRE, Titular, e OLÍMPIO BENJAMIN FRANCO, Suplente.

SERVIÇO: Solenidade de Posse do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná (CPICT/PR).

Data: 07 (quinta-feira).

Hora: 14h.

Local: Auditório Mario Lobo, Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos S/N – Centro Cívico - Curitiba/PR.



Romero Jucá tem de esclarecer seu papel na mineração em áreas indígenas, afirma Ângela

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 06.08.2014

O líder Yanomami Davi Kopenawa declarou, no encerramento da Flip (Festa Literária de Paraty), na noite do domingo, que está sendo ameaçado de morte. Ele acusou Rodrigo Jucá (PMDB), filho de Romero Jucá (PMDB), e candidato a vice-governador pela coligação Roraima Unida, de incentivar invasões de áreas indígenas por garimpeiros. O senador negou as afirmações e acusou o Yanomami de estar agindo para favorecer o PT nestas eleições.

A senadora Ângela Portela, candidata ao Governo do Estado pela coligação É Pra Frente Que Se Anda, repudiou as declarações de Romero Jucá, que atribuiu ao “embate eleitoral” as denúncias de Davi Kopenawa. “Fiquei chocada com a forma que Jucá utilizou para desqualificar gravíssimas ameaças de morte a um líder indígena conhecido no mundo inteiro. Não se pode aceitar que o banditismo cale uma voz importante dos nossos Yanomami”, declarou.

Ângela lembrou a conhecida militância de Jucá em favor da mineração em áreas indígenas e pede que ele esclareça essa questão sem desviar o foco para a disputa eleitoral no Estado. “Romero Jucá é autor de uma PEC [Proposta de Emenda à Constituição] que retira a autonomia dos índios sobre a mineração em suas terras e que entrega às empresas todo o poder de decisão. E os primeiros da fila para essa exploração são mineradoras de propriedade de sua família. O senador prestaria um grande serviço ao Brasil, a Roraima e até mesmo às causas que defende se esclarecesse estas questões ao invés de relacioná-las ao processo eleitoral. Minha candidatura não tem nada a ver com essas denúncias”, rebateu.

A parlamentar também aproveitou para esclarecer sua posição sobre a questão indígena: “Somos contrários a este e a qualquer projeto que tire das populações indígenas o direito de decisão sobre o que será feito em suas terras, ou que ameace sua permanência nas reservas. A luta destas comunidades precisa ser respeitada e não podemos voltar ao passado, temos que fechar definitivamente as portas para a pistolagem. Não é assim que vamos crescer, na base da opressão e do autoritarismo”.

Antes de viajar para Parati, Davi Kopenawa denunciou as ameaças de morte para a Polícia Federal do Estado e pediu a continuidade das investigações sobre a cadeia ilegal do ouro. “Espero que a PF consiga identificar os financiadores da exploração ilegal que mancha a imagem do nosso Estado para o Brasil e para o mundo”, disse.

OUTRO LADO – Procurada pela Folha, a assessoria do senador Romero Jucá afirmou que a acusação feita por Davi Kopenawa seria “mentirosa e leviana”. “O senador jamais incentivou ou apoiou qualquer invasão em área indígena ou garimpo”, diz a nota.

Também disse que a acusação feita por Kopenawa em relação ao governador Chico Rodrigues, de que seria o responsável pela invasão em área indígena, seria “leviana tendo em vista que a área é federal e a responsabilidade pela proteção é da Polícia Federal”.

CONT.



Informou, ainda, que “em nenhum momento o senador Romero Jucá se pronunciou sobre as ameaças que os índios estão sofrendo”. “Foi o próprio Davi que declarou para a imprensa que as ameaças partiram de garimpeiros de São Gabriel da Cachoeira, município que pertence ao Amazonas, não tendo ligação com Roraima”, afirma a assessoria que classificou a manifestação do líder indígena como tendo “a nítida marca da covardia e da busca de sensacionalizar um fato para ter conotação política”.

A nota diz, ainda, que Kopenawa “deveria estar atuando junto com a senadora Ângela Portela, cobrando da Funai (Fundação Nacional do Índio), comandada por André Vasconcelos, indicado pelo PT e que atualmente concorre ao cargo de deputado estadual, melhores condições de atendimento aos índios”. E questiona: “Será que o silêncio do líder Yanomami em relação à Funai é por que a fundação é comandada pelo PT?”.

Por fim, acusa Ângela Portela de ser “leviana ao fazer comentário acerca de um assunto que não tinha informação”. “Não falei sobre a segurança do Davi Kopenawa, defendendo a regulamentação dos artigos 231 e 232 da Constituição Federal, que tratam da questão indígena, inclusive da mineração em terras indígenas. Nem eu e a minha família detemos requerimento ou alvará em terras indígenas. Portanto, é falsa e irresponsável a afirmação da senadora Ângela quando se refere à questão”, diz a nota.



Cultura indígena faz parte do Quinta com Arte

SÍTIO TUPÃ NOTÍCIAS, 06.08.2014

A "III Semana Tupã em Comemoração ao Dia Internacional dos Povos Indígenas" é um evento destinado a resgatar o valor indígena na construção da identidade do Brasil. Assim, é possível nesta semana, do dia 05 ao 10 de agosto, apreciar a cultura destes nativos das Américas.

A prefeitura da Estância Turística de Tupã, por meio da Secretaria da Cultura, abre as portas do "Quinta com Arte" para receber nesta quinta-feira, 7, nove grupos de danças indígenas no Espaço Cultural José Anselmo Filho, Zé Pretinho, a partir das 19h. São três aldeias de lugares distintos, Araibá da cidade de Avai, Icatú de Brauna e Vanuíre de Arco-Íris que apresentarão essas danças típicas.

A feirArte (Feira do Artesanato) está em sua 66ª edição. É um projeto desenvolvido pelo Governo de Tupã, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, e tem como objetivo levar para a Praça da Bandeira atividades culturais. Nesta semana a cultura indígena entra em evidência, não apenas no palco do "Zé Pretinho", mas em tentas espalhas pela Praça da Bandeira, com exposição de fotos e banners mostrando parte da história indígena na região, workshop de pintura no corpo e praça de alimentação com comidas típicas, além de venda de artesanato produzido nas próprias aldeias.

A feira oferece, em parceria com a artesã Maria da Luz, curso de bordado. O visitante, da feira, pode aprender a bordar, se divertir e comprar produtos em biscuit, esculturas em madeira, bordados, crochê, flores e arranjos, chaveiros, pinturas em tecido, caixas personalizadas, sabonetes terapêuticos, saches, tapetes entre outros diversos trabalhos manuais e aproveitar a praça de alimentação cheia de opções para todos os gostos e passear no trenzinho da alegria.

Os participantes do CAMI (Centro de Apoio a Melhor Idade), de Arco-Íris, estarão, juntamente, com o pessoal do NATI animando a feira com o forró da sanfona do seu Domingos. O "Quinta com Arte" acontecem todas as quintas-feiras na Praça da Bandeira, no centro de Tupã, a partir das 17h.



Índio Tupinambá destaca a importância de discutir políticas de igualdade para minorias

SÍTIO PORTAL ABRANTES, 06.08.2014

A aula foi realizada na sala de imprensa Arnold Silva, no centro de atendimento ao Feirense (Ceaf).

Os alunos do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Igualdade Racial (Nepir) assistiram nesta terça-feira (5) a uma aula com o índio tupinambá Marcos Vieira de Carvalho (Hyani Tyera), integrante da Aldeia do Divino Espírito Santo, de Ipitanga, no município de Camaçari. A aula foi realizada na Sala de Imprensa Arnold Silva, no Centro de Atendimento ao Feirense (Ceaf).

Durante a aula, o tupinambá Marcos Elder falou sobre a história do BRASIL numa perspectiva indígena, já que, segundo ele, a história até hoje é contada como se o Brasil tivesse sido descoberto. "Na verdade os índios já estavam aqui, então o Brasil não foi descoberto", afirma. Marcos ressaltou a importância de um CURSO COM foco na necessidade de discutir como fazer ações práticas da política de igualdade racial. Ele considera que muito tem se falado na questão da igualdade, mas na prática o avanço ainda é muito pouco.

"A constituição de 88 deu um prazo de cinco anos PARA TODOS os territórios indígenas estarem demarcados. Já estamos em 2014 e ainda hoje essa é a maior pauta do movimento indígena, que não avança. Isso mostra o descompasso entre a teoria e prática da ação. Podemos observar que vivemos um momento histórico com o resgate da identidade indígena, pois as discussões voltaram à tona e para mim é uma grande felicidade ter recebido o convite, já que FEIRA DE SANTANA também tem raízes indígenas", afirmou.

O tupinambá falou ainda sobre as dificuldades das políticas públicas chegarem até as comunidades indígenas. Ele cita como exemplo, o direito à terra. "Para o indígena a terra faz parte da própria vivência dele. Somos frutos da terra", destacou.

"Buscamos mais representatividade. Estamos em um momento de eleição e esperamos colocar no poder pessoas da minoria. É importante ter mais indígenas na política, assim como outras minorias que lutam por JUSTIÇA SOCIAL", acrescentou.

A presidente do Conselho das Comunidades Negras e Indígenas, Lurdes Santana, informou que o curso foi iniciado em 2012 e que os alunos que assistiram à aula de hoje estão no segundo módulo. Segundo ela, esse é um curso aberto para a população e o objetivo é que as pessoas conheçam sobre a política da igualdade racial, do índio, do cigano e do albino.

"Nós precisamos colocar isso dentro da sociedade para não termos a questão do racismo. Muitas pessoas não entendem o que é racismo e precisamos trazer alguns palestrantes para participar desse processo. É um projeto muito bom e espero que continue", afirmou.



Ministério Público no Amapá constata falhas em licitações do convênio mais antigo em vigência no país

SÍTIO JUSTIÇA EM FOCO, 06.08.2014

Investigação, ainda em curso, apurou procedimentos licitatórios dos últimos 11 meses. Membros do Ministério Público Federal no Amapá (MPF/AP), responsáveis por assuntos relativos ao Patrimônio Público e questões indígenas, constataram que parte do atraso nas obras de pavimentação da BR-156 se deve a motivos técnicos. Entre eles, inabilitação das empresas quanto aos requisitos da licitação, erros em planilhas de cálculo, atraso e morosidade nas licitações.

A constatação foi feita após análise minuciosa de documentação entregue pelo Ministério Público do Estado do Amapá (MP/AP), Departamento Nacional de Transportes (Dnit) e Secretaria de Estado de Transportes (Setrap), há cerca de 20 dias. Os documentos reúnem informações referentes a processo licitatório iniciado há um ano. O objetivo da licitação era cumprir as condicionantes ambientais da obra e, ainda, atender exigências de acordo firmado entre Setrap, lideranças indígenas e MPF/AP.

Falha no processo - O assunto foi tema de reunião entre MPF/AP, Dnit, Setrap, Funai e representantes indígenas. Estes últimos informaram que estão sendo acusados de impedir o avanço das obras da rodovia. "Há uma preocupação das comunidades do Oiapoque com a impressão que a sociedade está tendo de que o atraso da obra é culpa deles de alguma forma. Pela análise do procedimento a gente vê que não é", assegurou o procurador da República Thiago de Almeida. O membro do MPF/AP é representante da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão responsável por tratar de questões indígenas.

"A obra paralisou por diversos motivos técnicos, financeiros, falta de habilitação de empresas. Esse atraso não tem nada a ver com os indígenas e isso tem que ser muito transparente para a sociedade", reforçou o procurador da República Ricardo Negrini, responsável pelo Patrimônio Público.

Fábio Vilarinho, superintendente do Dnit no Amapá, esclareceu: "Não é culpa dos indígenas. Há falha do Setrap, há falha no processo, mas é uma coisa muito importante a questão das aldeias. Nós temos dificuldade de encontrar empresa para a execução da obra [de construção de aldeias]".

Vilarinho informou que há R\$ 105 milhões disponíveis para a pavimentação da BR-156. Desse valor, cerca de R\$ 20 milhões são destinados à realocação das aldeias indígenas. "A responsabilidade das obras é da Setrap", enfatizou. A secretária de Estado Laura Hage admitiu: "A pavimentação não pode sair sem a realocação das aldeias".

Para justificar o atraso das obras, a gestora da Setrap explicou que as empresas interessadas

CONT.



na licitação aberta em maio não preencheram os requisitos necessários para participar do processo. “Nós reabrimos ela [licitação]. Quando ela ia abrir em junho, teve problemas no orçamento (...) agora vai abrir em agosto”, justificou Laura Hage.

Durante a reunião, Setrap e Dnit comprometeram-se a divulgar à sociedade os reais motivos da paralisação das obras de realocação das aldeias, esclarecendo que não há culpa dos indígenas. Conforme prometido ao MPF/AP, seria emitida nota a respeito ao longo da semana passada. No entanto, nenhum dos órgãos se pronunciou sobre o assunto até o momento.

Entenda o caso - Em 2011, MPF/AP, Setrap e lideranças indígenas assinaram Termo de Ajustamento de Conduta. No documento, os indígenas que ocupam as margens da rodovia concordaram em mudar-se para áreas mais internas da mata. A realocação das aldeias das Terras Indígenas Uaçá – responsabilidade da Setrap – é uma das condicionantes para o asfaltamento da BR.

A rodovia mede cerca de 600 km. A obra de pavimentação iniciou em 1976. Segundo o Dnit, o convênio para a construção da BR-156 é o mais antigo em vigência no país. Os trechos a serem pavimentados – 110 quilômetros de extensão – estão localizados entre Calçoene e Oiapoque.

Para facilitar o processo de contratação das obras, a rodovia foi dividida em lotes. As aldeias estão localizadas no lote 3 que mede 56 km. As investigações para apurar motivos do atraso nas obras deste lote, mais próximo de Oiapoque, e do lote 2, nas imediações de Calçoene, prosseguem.

Movimento Indígena Brasileiro perde Moura Tukano

SÍTIO FOIRN, 06.08.2014



Prezados (as) irmãos (as) dos povos indígenas.

Moura TukanoO companheiro Manoel Fernandes Moura, povo Tukano, dedicou a sua vida nos objetivos de luta pelos direitos à Terra, assegurar a demarcação, educação diferenciada, saúde, autonomia política e sustentabilidade de atividades indígenas. Na luta, sofreu perseguição, passou fome e enfrentou brigas. Na década de 80 aconteceu o Primeiro Encontro Nacional do Povos Indígenas do Brasil que reuniu mais de 500 líderes, havia uma forte união, não havia divisão, conjugavam forças política com os representantes dos trabalhadores rurais, Central Única dos trabalhadores e Sem Terra.

No estado do Amazonas o Manoel Fernandes Moura, natural de Pari Cachoeira município de São Gabriel da Cachoeira, em conjunto, fizeram uma grande reunião na cidade de Itacoatiara com líderes importantes de Roraima, Rio Negro, Tabatinga, Parintins e assim fundaram a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazonia Brasileira – COIAB, todos os fundadores eram companheiros da União das Nações Indígenas (UNI), estavam fortalecidos e levaram novas mensagens de luta para suas comunidades.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 136 / 2014

Brasília, 06 de agosto de 2014.

Na comunidade de Taracuaá do Rio Uaupés no município de São Gabriel da Cachoeira foi um pilar da luta pela demarcação das Terras contínuas e enfrentamento de garimpeiros.

Para o companheiro, irmão de caráter firme que trabalhou com meta e ideias genuinamente indígena, nossos agradecimentos pelo legado inovador.

A FAMÍLIA FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO sempre te lembrará.